

Reservas ficam no nível exigido

As apostas do mercado já indicavam e, ontem o Governo confirmou: houve redução do nível exigido das reservas internacionais líquidas, medida acertada durante a última revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), realizada no mês passado. Também foram estabelecidos novos parâmetros para alguns indicadores macroeconômicos. O superávit comercial no ano deverá ficar em US\$ 4 bilhões. Na última revisão, em dezembro, o montante estabelecido era de US\$ 5 bilhões.

Vários outros parâmetros macroeconômicos foram confirmados. A previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi mantida em 4%. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo, ainda não definiu o valor nominal do PIB, porque espera cálculos mais precisos sobre o nível de produção, que só estarão disponíveis no segundo semestre, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar o deflator implícito do PIB de 1999. As metas

de inflação para o ano permaneceram iguais: 7% para o IGP-DI, medido de janeiro a dezembro, e 6% para o IPCA.

Amadeo admitiu que no terceiro trimestre o País terá problemas para cumprir a meta de inflação, que deveria ficar em 6,5%. Segundo ele, é provável que o IPCA (índice oficial de inflação, considerado nas negociações com FMI) ultrapasse em um ponto percentual a meta. Isso porque haverá reflexos da alta inflação de outubro do ano passado, quando o IPCA chegou a 1%. Pelo atual método de cálculo, a inflação passada acaba se refletindo na taxa atual, acumulada em 12 meses. Os critérios da revisão consideraram o câmbio do dia da chegada da missão do FMI ao País, ou seja, R\$ 1,75 por dólar. Em dezembro, as contas tinham sido feitas com base na taxa de R\$ 1,98

Conforme divulgado no Memorando Técnico de Entendimentos, em dezembro do ano passado, o Brasil deveria apresentar reservas de US\$ 28,1 bilhões, em setembro deste ano, e de US\$ 29,8 bilhões,

em dezembro. A partir de agora, a meta estabelecida, a partir de julho, será de US\$ 25 bilhões. O número foi determinado na condição de "meta indicativa", e não como "critério de desempenho". Isso significa que a meta, a partir de setembro, poderá ser revista.

Amadeo destacou que, com os pagamentos de parcela de boa parte da dívida formada pelo pacote de socorro internacional, depois das crises asiática e russa, a diferença entre o nível de reservas brutas e líquidas fica abaixo de US\$ 2 bilhões. Isso significa que, em breve, acabará a diferença entre reservas líquidas e brutas. "Passaremos a usar o termo reservas, sem adjetivos", disse Amadeo. Com a redução da limite mínimo de reservas, o governo terá mais poder de fogo para atuar no mercado de câmbio, admitiu.

Disse, porém, que esse não é o objetivo prioritário da medida. A vantagem é comprovar o sucesso do ajuste, com o resgate da credibilidade internacional.

(A.A. e O. F.)